



Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental

Sônia Barbosa Magalhães (UFPA)
Antropóloga, docente e pesquisadora - smag@ufpa.br

Aquiles Simões (UFPA)
Agrônomo, Doutor em Ciências Sociais - aquiles@ufpa.br

Marc Piraux (CIRAD)
Geógrafo, Pesquisador Visitante da UFPA - marcpiraux@uol.com.br

Clarissa Vieira dos Santos (UFPA)
Geógrafa, Pesquisadora do GEDAF/NCADR - claramel22@yahoo.com.br

Francinei Bentes Tavares (UFPA)
Doutor em Sociologia - francinei@ufpa.br

Paulo Fernando da Silva Martins (UFPA)
Agrônomo, Doutor em Ciências do Solo - pfsm@ufpa.br

Nivaldo Almeida de Lima Júnior (UFPA)
Graduando em Ciências Sociais - nivaldojunior91@gmail.com

Resumo

A partir dos anos 1970, uma parte da Amazônia oriental brasileira vem sendo objeto de forte intervenção estatal que incide diretamente sobre as formas históricas de apropriação e de uso da terra. Neste particular destacam-se, inicialmente, os projetos de infraestrutura (energia e transportes) e, posteriormente, políticas de regularização fundiária, de crédito subsidiado para a agricultura camponesa, bem como políticas de inclusão social e ao mercado. Tratam-se de ações e políticas públicas que operam sobre um mesmo território com distintos paradigmas de desenvolvimento e que resultam em um amplo processo de transformação das relações sociais e territoriais. Estudo realizado no "Território Baixo Tocantins" evidencia como estas intervenções incidem sobre as relações sociais, econômicas e políticas locais, mobilizam e constroem grupos de atores, constituem novas legitimidades e demandas e definem novos territórios e territorialidades. A metodologia, baseada em dados secundários, consistiu na análise das políticas de regionalização/territorialização e das dinâmicas socioeconômicas. Este território é objeto de forte aumento da população, simultaneamente a importantes mudanças ambientais (erosão fluvial; monocultivos para a produção de biodiesel; exploração madeireira; desmatamento; indústrias minerais eletrointensivas, por exemplo). Constatamos transformações na dinâmica socioeconômica, ancorada em processos de expropriação da terra e de recursos. O contexto do território mostra que as dinâmicas sociais e os

problemas socioambientais não se devem nem a problemas técnicos, nem a escolhas societais apenas negociadas localmente, mas, sobretudo, a políticas públicas gestadas além-território.

Palavras-chave

território rural, dinâmicas ambientais, Amazônia oriental, Baixo Tocantins.

Introdução

Desde meados dos anos 1970, a Amazônia Brasileira vem sendo objeto de forte intervenção estatal que incide diretamente sobre as formas camponesas de apropriação e de uso da terra. Tratam-se, de ações e políticas públicas que operam sobre um mesmo território com distintos paradigmas do desenvolvimento e que resultam em transformação das relações sociais e territoriais, poder-se-ia dizer, um processo de desterritorialização e de reterritorialização, assentado em mudanças sociais e ambientais. Mais recentemente, políticas que pretendem valorizar o recorte territorial têm sido formuladas, como é o caso da construção conceitual e territorial do Baixo Tocantins.

O território do Baixo Tocantins, estado do Pará, reflete esse processo de mudança. De fato, os municípios podem ser agrupados de acordo com as diversas ações e políticas públicas implantadas ao longo do tempo. Neste caso, teríamos: os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri – que sofreram transformações ambientais decorrentes das mudanças na vazão do rio Tocantins; Moju e Tailândia – alvo de indústrias madeireiras, com importante cenário de desmatamento; Tailândia, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Acará, e Baião – alvo da implantação de um polo de biocombustível; e Barcarena – o complexo industrial mineral.

Assim, nesse artigo pretendemos fornecer algumas indicações acerca da incidência destas intervenções sobre as relações sociais, econômicas e políticas locais e sobre a construção social do território rural. O artigo está estruturado de modo a fornecer - a partir da noção de território - uma leitura do modo como as políticas públicas ambientais e rurais e as políticas de desenvolvimento que incidem sobre o ambiente rural conformam as dinâmicas territoriais.

1. O território como *lócus* do desenvolvimento

A partir da década de 90, a noção de desenvolvimento rural tem-se construído a partir do enfoque territorial de análise, no qual o território por suas múltiplas dimensões (econômica, social, política, cultural, etc.) se revela como "nível analítico e concreto" essencial. Dessa forma o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborou em 2003 um documento intitulado *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*, no qual passa a incorporar o enfoque territorial na política de desenvolvimento rural brasileira (Schneider, 2004, p. 12).

O novo enfoque faz parte de um processo mais amplo, no qual se reconhece a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, diante da fragilidade já evidenciada no enfoque setorial ou regional. No *site web* do MDA, podemos ter acesso à noção de desenvolvimento territorial rural defendida por este ministério:

Abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012)

Pelo que podemos perceber no discurso do Ministério, diz-se que a prioridade é criar uma proposta centrada nas pessoas, na qual o desenvolvimento não deve ser pensado apenas como sinônimo do crescimento econômico desses territórios. Além disso, é dito que é preciso entender os processos de desenvolvimento como algo que envolve múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o futuro de um território. Mediante isto acreditamos ser necessário fazermos uma breve discussão acerca de algumas noções de território definidas por alguns teóricos, para então tentarmos compreender as premissas que envolvem esse novo debate dentro do MDA.

Apesar de o conceito de território ser essencialmente apropriado pela ciência geográfica, ele tem sido mobilizado por uma gama de outras disciplinas, por elas considerarem que o território, enquanto um conceito de análise espacial, consegue, em virtude de seu dinamismo, auxiliar-nos em uma compreensão mais abrangente das múltiplas relações estabelecidas em um determinado tempo e espaço, pois o termo território esta assentado nas múltiplas lógicas de ação (política, social, econômica e cultural).

Apresentamos então o debate construído por um dos mais importantes pensadores clássicos do pensamento geográfico: Claude Raffestin (1993). Segundo este autor, o território é um espaço delimitado por – e a partir – de uma relação de poder, pois, ao apropriar-se de um espaço, o ator o territorializa a partir de seus objetivos intencionais. Sendo assim, o território é posterior ao espaço, ele se constrói a partir da delimitação deste, tanto objetiva quanto subjetiva (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Nessa perspectiva fica claro que todos nós temos capacidade de construir territórios em múltiplas escalas, os quais sempre serão o reflexo dos nossos sistemas de pensamentos que direcionam nossas ações de acordo com os interesses desejados. Tais interesses podem ou não ser semelhantes aos objetivos dos outros grupos sociais com os quais nos relacionamos, podendo desencadear, assim, um nítido jogo de poder entre os diferentes atores que produzem os territórios. Sendo assim para o autor supracitado *“Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder”*. (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Outro autor que auxilia na compreensão deste conceito é o geógrafo Rogério Haesbaert (2006, p.41; p.121). Este parte do pressuposto de que o território deve estar intimamente ligado à ideia não só de dominação mas também de apropriação. Avança, pois, no debate, reconhecendo o processo de apropriação num sentido mais da dimensão identitária com o lugar, no qual os indivíduos se percebem enquanto parte integrante e inseparável do território onde estabelecem relações cotidianas.

Outra abordagem é a elaborada por Marcelo Lopes de Souza (2001), que prioriza tanto a vertente política quanto a cultural do território, visto que este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais.

Souza (2001), assim como Raffastin (1993), salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação. Nas palavras do autor, *“todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”*. (SOUZA, 2001, p.11).

Diante das exposições acima, fica clara a grande complexidade de se pensar o território, sendo necessário refletir sobre qual uso tem sido dado ao enfoque territorial pelos atores do desenvolvimento.

Ao nos reportarmos novamente ao *site web* do MDA, encontramos uma passagem que ilustra as suas pretensões - quando fala a respeito do objetivo da construção de uma realidade mais amena para os homens e mulheres do campo.

Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: **a geração de riquezas** com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social. (Ministério do Desenvolvimento Agrário, grifo nosso)

Salienta-se na proposição do MDA o forte atrelamento da questão do desenvolvimento à geração de riqueza, diferenciando-se do que acreditamos e reconhecemos ser o desenvolvimento. A nossa perspectiva esta baseada nos escritos de Amartya Sen (2000) que defende a acumulação de riqueza, não enquanto um fim para o desenvolvimento, mas sim um meio para se expandir outras liberdades humanas que contribuem para a construção deste.

Numa perspectiva também crítica, o geógrafo Gómez (2007) faz uma análise acerca da perspectiva territorial embutida na política de desenvolvimento dos órgãos governamentais. Argumenta que, apesar da ideia de criação de territórios rurais apresentar a tentativa de dinamizar a questão do desenvolvimento territorial, trazendo um enfoque mais abrangente de análise, a apropriação que tem sido feita dessa nova proposta evidencia a continuidade de uma análise fragmentada dos territórios rurais. Pois sua definição limita-se e responde a critérios meramente estatísticos, como densidade

populacional, número de famílias assentadas, número de produtores, dentre outras. Evidencia-se assim a incorporação do conceito de território de forma limitada e meramente funcional.

Gomez (2007) também aponta que essa nova forma de entender e implementar as políticas de desenvolvimento rural, baseadas no enfoque territorial, considera o território da identidade e do projeto compartilhado – um território do consenso, ou melhor, do conflito negociado que acaba em consenso entre múltiplos agentes públicos e privados. Existiria uma identidade comum capaz de impulsionar um projeto de desenvolvimento que contemple os interesses de todos, ou no mínimo, da maioria. Assim, para o autor, pensar a partir dessa perspectiva é sugerir uma utopia dessa visão de desenvolvimento territorial que seria a percepção de uma sociedade afinada com o seu território, sem conflitos essenciais entre os grupos que a formam, que se propõe dotar o território de qualidades que lhe permitam competir no mercado (local, nacional ou internacional) com outros territórios. Fica claro que o consenso então defendido seria o projeto de uma minoria na defesa de seus próprios objetivos e refletiria apenas o acordo apropriado por diretrizes capitalistas e não uma via para a justiça social e a eliminação das desigualdades existentes. (GÓMEZ, 2007, p. 51).

Portanto pode-se concluir que a utilização de uma noção limitada de território, como proposta pelo MDA, conduz à elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento também limitadas, já que: não contemplam questões essenciais, como os conflitos estruturais existentes; e mantém a ideia de desenvolvimento intimamente relacionado ao crescimento econômico.

Também numa perspectiva crítica, no contexto de outra disciplina - a economia - Abramovay (2003), traz-nos uma noção bem abrangente do território e, principalmente, define como essa noção é extremamente importante para pensarmos o meio rural nas suas múltiplas diversidades. Para este autor, a noção de território está intimamente relacionada às diferentes formas de relação estabelecida entre o homem e o meio, no qual este vai ser percebido a partir dos diferentes esquemas de pensamento que revelam objetivos e interesses dos atores sociais. Dessa forma pode-se dizer que o território é produto e meio das relações sociais. Logo, existirão tantos territórios quantos diferentes modos de ver e de relacionar-se com o mundo a sua volta.

2. O Baixo Tocantins como unidade territorial

O Território do Baixo Tocantins abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto de 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Limoeiro do Ajuru, Moju, Tailândia, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará. Destes, apenas os municípios de “Moju e Oeiras do Pará não são banhados pelo rio Tocantins e sim pelo rio Moju e rio Pará”, respectivamente (COSTA, 2006 citado por NOGUEIRA *et al.*, 2010).

Segundo dados do censo do IBGE (2010), estes municípios apresentam uma população rural de 390.579 (52,79%) e urbana de 349.302 (47,21%) habitantes (Tabela 1).

Esse território possuía, segundo os dados disponíveis na base de dados do Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SIT / MDA, 2011), 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas¹ e 2 terras indígenas² em seus 11 municípios.

Tabela 1: Aspectos populacionais do território do Baixo Tocantins, Estado do Pará.

Município	População Total	Rural		Urbana		Área (Km²)	Densidade Demográfica
		Nº	%	Nº	%		
Abaetetuba	141.054	58.104	41,19	82.950	58,81	1.613,90	87,40
Acará	53.605	40.980	76,45	12.625	23,55	4.363,60	12,28
Baião	36.907	18.352	49,72	18.555	50,28	3.202,30	11,53
Barcarena	99.800	63.443	63,57	36.357	36,43	1.316,20	75,82
Cametá	120.904	68.058	56,29	52.846	43,71	3.122,00	38,73
Igarapé-Miri	58.023	31.814	54,83	26.209	45,17	2.009,70	28,87
Limoeiro do Ajuru	25.028	18.830	75,24	6.198	24,76	1.404,50	17,82
Mocajuba	26.745	8.448	31,59	18.297	68,41	860,4	31,08
Moju	69.921	44.803	64,08	25.118	35,92	9.724,30	7,19
Oeiras do Pará	28.595	17.163	60,02	11.432	39,98	3.931,80	7,27
Tailândia	79.299	20.584	25,96	58.715	74,04	4.475,50	17,72
Total	739.881	390.579	52,79	349.302	47,21	36.024,20	20,54

FONTE: IBGE (2010).

Os dados sobre a renda econômica (também disponíveis na base de dados do SIT / MDA, 2011) para os municípios constituintes do território em questão mostram uma renda *per capita* de R\$ 96,54, renda derivada de rendimentos do trabalho de R\$ 70,51 em média; renda média do chefe de família de R\$ 351,79 e renda de transferências governamentais de R\$ 11,79.

Quando se observam os valores que constituem o Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM), percebe-se que seu valor é de 0,68, típico de regiões consideradas de médio desenvolvimento humano. Entre os indicadores que compõem o IDHM, as melhores médias estão nos índices de educação (média de 0,77) e de longevidade da população (0,74). Quando se leva em consideração os indicadores que compõem a renda econômica (média de 0,53), esse fator contribui para derrubar a média geral do IDHM. O índice de Gini para esse indicador, que mede a

¹ A presença de grupos remanescentes de africanos no vale Tocantins apresenta-se sob a forma de comunidades rurais que se situam em geral às margens de rios e igarapés, e com uma economia baseada na produção familiar de natureza agroextrativista. Estes territórios localizam-se nos municípios de Cametá, Baião e Mocajuba.

² *Territórios Indígenas* - Toda a região tocanino-xinguana é reconhecida pela ocupação indígena, destacando-se a presença de grupos Tupi. Na atualidade, no que se denomina território Baixo Tocantins, encontram-se a Terra Indígena Anambé, no município de Moju, com 7.883 ha e uma população de 152 indígenas (DSEI, agosto 2009); e a Terra Indígena Asurini, nos municípios de Tucuruí e Baião (3,11% das terras do município), com uma área de 21.722 ha e uma população de 480 indígenas (ISA, 2009).

desigualdade de distribuição de renda, ainda é muito elevado - com valor médio de 0,57, segundo dados do ADHB - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000, citado por STI / MDA, 2011).

A partir do conceito de território e dos indicadores acima esboçados, a primeira questão que se coloca é: - o aglomerado de municípios designado pelas políticas públicas atuais como Baixo Tocantins, constituir-se-ia um território? Em corolário, poder-se-ia perguntar: em que medida esta construção socioespacial é (ou não) herdeira de outras construções baseadas em outros princípios, como o princípio de região, mesorregião, por exemplo?

Uma segunda questão, igualmente importante, é: - em que medida as políticas públicas "criam" o território? Em corolário, como operam no mesmo território políticas públicas baseadas em distintos paradigmas de desenvolvimento e que resultam em um amplo processo de transformação das relações socioeconômicas e políticas?

3. Construções socioespaciais prévias à construção conceitual do Território Baixo Tocantins

Microrregião de Cametá

A Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas foi criada pelo IBGE em 1989. A microrregião de Cametá foi criada nesse período, pertencente à mesorregião Nordeste Paraense. Possui uma área total de 16.660,427 km², distribuída entre os municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

O CODESEI

O Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal (CODESEI) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 2001, por iniciativa dos gestores dos municípios de Barcarena e Moju. Define como seus objetivos assessorar a gestão pública, visando a promover o planejamento, a coordenação de esforços e a execução de serviços de natureza sócio-econômica e de infra-estrutura, diante de novas demandas da economia globalizada. Seus municípios integrantes são Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará e Moju. Na atualidade, subsidia a interlocução dos municípios junto aos governos Federal e Estadual, atuando como uma instituição de consultoria e assessoria das administrações municipais, nas áreas de assistência social, cultura, agricultura, educação, infraestrutura, meio ambiente, turismo, e saúde.

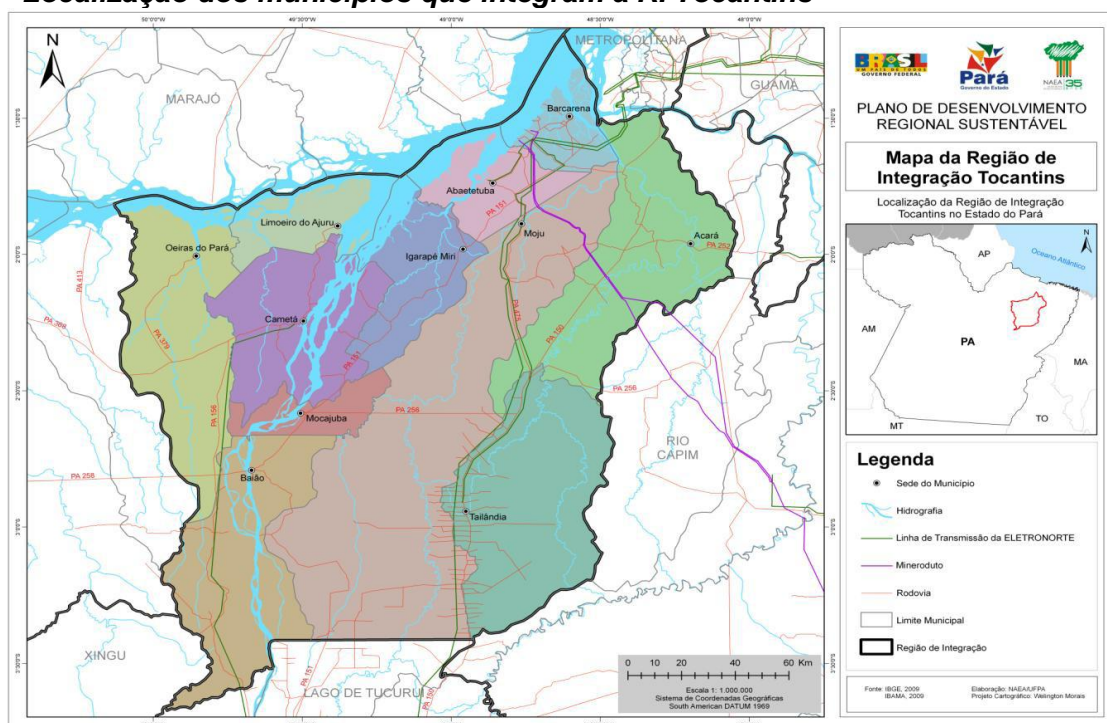
Região de Integração Baixo Tocantins

A proposta da formação da região de integração Baixo Tocantins, surge, em 2007, no contexto no qual o Governo do Pará (Secretaria de Integração Regional/SEIR) considera que a divisão feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (em Mesorregião e Microrregião) não mais refletia a

realidade do estado. Assim divide o Estado em "regiões de integração", dentre as quais a Região de Integração Baixo Tocantins, agregando aos municípios da Microrregião de Cametá, os municípios de Barcarena, Tailândia, Moju e Acará.

De acordo com a SEIR, a identificação das regiões de integração leva em consideração doze critérios: população (IBGE 2000); densidade populacional (IBGE 2000); concentração de localidades (GEOPARÁ 2002); repasse de ICMS (SEFA / 2º semestre de 2002); renda *per capita* (IBGE 1991); acessibilidade física (SIGIEP 2002); consumo de energia elétrica (Rede Celpa 2002); leitos por mil habitantes (DATASUS / SEEPS); IDH (PNUD 2000); telefonia fixa (Telemar 2002); índice de alfabetização (IBGE 2000); e fatores geopolíticos.

Figura 1 - **Localização dos municípios que integram a RI Tocantins**



Fonte: Extraído de Governo do Pará, (2010, pg. 14).

4 - Políticas públicas e Território rural

Entende-se por políticas públicas um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos. Essas ações são desencadeadas por atores que lidam com algum problema público e são desenvolvidas por instituições públicas governamentais pelo processo político (legislativo, judiciário, tribunais de contas, ministério público etc.) que as condicionam. São ações de governo, portanto, são revestidas da autoridade do poder público. Assim, políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel dos atores diversos que possuem necessidades diferentes nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais, uma vez que envolvem vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios.

No âmbito deste trabalho importa considerar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial rural e aquelas que, embora não sejam voltadas para este fim, incidem diretamente sobre os territórios rurais. No primeiro grupo, incluímos as chamadas políticas rurais e ambientais; e no segundo as chamadas políticas de desenvolvimento.

4.1. Políticas rurais e ambientais

Destacam-se quatro tipos de políticas públicas rurais importantes: ligadas à reforma agrária, ao meio-ambiente; ao PRONAT e territórios da Cidadania; e, enfim, às políticas regionais.

- *A reforma agrária*

A análise dos dados do SIPRA do INCRA (2012) referentes aos projetos de assentamento existentes no Território Baixo Tocantins mostram que quase a totalidade deles não possui titulação definida. O município de Acará apresenta a maior quantidade de projetos, tanto em número quanto em área de estabelecimentos agropecuário. No PDTRS (2010), a regularização fundiária é considerada um dos maiores entraves para o processo de desenvolvimento sustentável do Baixo Tocantins, uma vez que tal situação potencializa conflitos pelo uso e posse da terra e gera insegurança, especialmente junto aos agricultores e agricultoras familiares.

- *Políticas ambientais*

Dentro do Território existem duas Reservas Extrativistas reconhecidas pelo governo Federal. Ambas foram criadas com objetivo de proteger os meios de vida, a cultura e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente. A primeira, Reserva Extrativista Arioca Puanã, está localizada no Município de Oeiras do Pará, com área de 83.445 ha; a segunda, Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, está localizada no Município de Baião, com área de 50.816 ha (Decreto Lei de 16/11/2005 e 22/08/2002).

Além das Resex's, três áreas da região foram definidas pelo Ministério do Meio Ambiente como áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, todas classificadas como de muito alta prioridade.

- *Políticas públicas territoriais rurais*

Consideramos aqui como as políticas públicas em nível nacional foram implementadas e traduzidas em nível local. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário foi implementado na região, em 2005, e engloba nove municípios. Segundo o PDTRS (2010), este processo foi o resultado de 25 anos de construção de uma coesão social, tendo como identidade o território que foi cunhado pelos próprios atores locais como “Baixo Tocantins”. Duas ações se destacam: a definição de medidas de investimentos do Proinf (Pronaf infraestrutura); e o PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado na perspectiva de se constituir em ferramenta norteadora da gestão compartilhada de políticas públicas e interação planejada dos diversos atores do território.

Em 2008, no governo estadual do PT, foi criado o chamado Planejamento Territorial e Participativo, que incluiu a realização de 13 seminários territoriais voltados para o planejamento do Plano Safra Estadual 2008-2009 e das discussões sobre o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública – PROGATER. Estes seminários subsidiaram a elaboração do Plano Plurianual/PPA (instrumento de planejamento estratégico institucionalizado pela Constituição Federal de 1988) e das ações de governo, para o período 2008-2011. Foi definido que a base do desenvolvimento territorial seriam os Arranjos Produtivos Locais – APLs. Para o governo estadual, os APLs se ajustam aos critérios do desenvolvimento local com viabilidade econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental, e permitem construir uma trajetória de crescimento sustentável, com participação ativa dos atores sociais locais, nas definições dos investimentos a serem realizados em seus municípios (PDTRS, 2010). No Baixo Tocantins foram definidos como principais APL's: Fruticultura, Apicultura, Piscicultura, Mandiocultura.

A implementação do Território da Identidade em 2003 e em seguida do Território da Cidadania do Baixo Tocantins em 2008, mudou o contexto institucional, acrescentando ao mesmo a reflexão sobre o enfoque territorial como forma de reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de construir uma proposta de desenvolvimento em parceria com o poder público, respeitando a diversidade local das situações.

Em 2009, com o Programa Territórios da Cidadania, incorporando os municípios de Acará e Tailândia aos nove municípios existentes, o Baixo Tocantins passou a ser alvo desta política pública do Governo Federal. Com o apoio do MDA/SDT, através dos convênios MDA/SOMECE e MDA/Cáritas do Brasil, e contrato Cáritas do Brasil/Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes - APACC, o CODETER (Colegiado Territorial) Baixo Tocantins desenvolveu um processo de atualização do PTDRS, considerado participativo, incorporando as proposições das ações de dinamização dos APLs prioritários definidas, bem como os eixos estruturantes do Programa Territórios da Cidadania e do Proinf. O plano tem um conjunto de 24 ações prioritárias que se desdobram em 88 propostas de projetos. Os grandes eixos de desenvolvimento e os objetivos estratégicos estão colocados no quadro seguinte (Figura 2).

Figura 2 - Eixos de desenvolvimento e objetivos estratégicos do PDTRS do Território Baixo Tocantins

1. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Regularizar as propriedades de terras

2. INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

2.1 - Garantir que os Governos Federais, Estaduais, Municipais e a iniciativa privada, façam a manutenção das malha rodo-fluvial do território para permitir o escoamento da produção da Agricultura Familiar (agrícola, extrativa e pesqueira) com segurança

2.2 - Garantir o tratamento de água potável e a instalação de fossas com tecnologia regional apropriada para áreas de terra firme e várzea.

2.3 - Proporcionar a instalação de eletrificação urbana e rural em toda a região, incluindo soluções técnicas: rede convencional, eólica, solar e gaseificada. Programa Luz para Todos

3 ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO

3.1 - Garantir e desenvolver a agricultura familiar e pesca artesanal, com alta produtividade e rentabilidade, de forma agroecológica.

3.2 - Efetivar as cadeias produtivas do açaí, da mandioca e horti-fruti-granjeiro, agregando valor à produção agrícola e extrativas locais.

3.3 - Facilitar o acesso às linhas de crédito.

3.4 - Construir as redes de comercialização interna e externa para produtos da agricultura familiar do território.

3.5 Aproveitar a potencialidade do ecoturismo, com geração de renda e inclusão social

4: QUALIDADE NA SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE.

4.1 - Utilizar os recursos naturais com sustentabilidade, garantindo as formas de produção e de vida dos/as agricultores/as familiares.

4.2 - Intensificar as ações da saúde preventiva.

4.3 - Garantir que a educação seja voltada para o desenvolvimento sustentável e a agricultura familiar e referendando os modelos de educação do campo

O Codeter reúne representantes da sociedade civil e do poder público. Uma análise de seu funcionamento (Piroux, 2012) mostra que hoje, as ONGS (APAC, UCODESP...), as associações (pescadores, quilombolas, mulheres...) e as cooperativas de produção são as instituições mais atuantes. Os STTRs e as prefeituras são também atuantes, ao contrário dos órgãos públicos e da Fetagri. Cinco projetos de investimentos (PROINF) foram definidos e implementados, cujos proponentes foram a prefeitura de Moju e a SAGRI, na área da produção (produção de mudas, agroindústria de polpa de frutas) e no setor da comercialização (escritório para cooperativas, apoio a comercialização). Isto é, foi sobretudo no eixo da organização sustentável da produção que as ações foram definidas.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Tocantins (PDRS)

A construção do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Tocantins (PDRS) está ligada à política de descentralização e regionalização das políticas públicas no Estado do Pará. A região de integração Tocantins tem o mesmo recorte territorial do território da Cidadania. Este plano parte de outro instrumento anterior para a região, o Plano de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS), que foi construído para os nove municípios considerados atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (ver a seguir). Insere-se ainda na concepção teórica do Plano Amazônia

Sustentável/PAS e na formulação de crescimento encontrada no Plano de Aceleração da Economia/PAC (PDRS, 2010).

O Plano prevê a

“construção de cenários visando a projetar no futuro processos de desenvolvimento assegurando a tomada de decisões, gerando subsídios para um desenvolvimento integrado, com ações que procuram atender aos pilares do projeto de governo em curso, que buscam a articulação com os diversos atores sociais, para a construção das bases economicamente sustentáveis do Estado, num processo que garanta a ação pública democrática” (PDRS, 2010).

E define "eixos estruturantes", que orientam essa perspectiva de planejamento adotada pelo governo. Estes têm as mesmas bases conceituais do PDTRS e agrega a noção de empoderamento das pessoas e de suas capacidades para intervir nas escolhas públicas. O destaque foi dado à infraestrutura para o desenvolvimento sustentável, direcionado para o bem-estar dos indivíduos (PDRS, 2010). Neste Plano foram definidos cinco eixos temáticos: Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis; Inclusão Social e Cidadania; Modelo de Gestão (Desenvolvimento Político Institucional). Estes eixos vão ao encontro aos quatro definidos no PDJUS (2003): (1) reestruturação e diversificação da base produtiva; (2) conservação e recuperação do meio ambiente; (3) desenvolvimento humano e qualificação e (4) organização da sociedade e dos governos locais, gestão participativa e responsabilidade partilhada (PDRS, 2010). Em 2011, com a mudança de governo no Estado, este processo foi paralisado.

4.2. Políticas públicas que incidem sobre o território rural

Incluimos aqui as políticas que embora não sejam voltadas para o meio rural e/ou não surjam de demandas originárias de autores e atores locais, incidem diretamente sobre o território rural, provocando mudanças sociais e ambientais e instaurando novas dinâmicas econômicas. Em geral, gestadas no âmbito do planejamento nacional, agrupar-se-iam, aqui: a) as políticas voltadas para a exploração de recursos naturais, sobretudo minerais (incluindo minerodutos); b) as políticas voltadas para a implantação de infraestrutura de desenvolvimento e de plantas industriais, ancoradas no pressuposto de que o desenvolvimento depende da concentração de capitais, de amplos incentivos fiscais e creditícios dos vários níveis de governo - federal, estadual e municipal, muitas vezes cumulativamente. Tratam-se de políticas voltadas para a implantação e/ou dinamização da malha de transporte hidro e rodoviário (portos, aeroportos, hidrovias, rodovias); para a geração de energia (hidrelétrica, eólica); redes de energia e gasodutos; sistemas de comunicação e postos de fronteira. Mais recentemente, os programas de produção de biocombustível. Do ponto de vista territorial,

caracterizam-se tais políticas por amplos processos de expropriação de grupos sociais rurais (terra e recursos naturais), assim como extraordinários movimentos populacionais (de aumento e decenso)³.

No denominado Território do Baixo Tocantins, destacam-se neste rol: a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí; a criação do Distrito Industrial de Barcarena; e o Programa de Biocombustível.

- *Hidrelétrica de Tucuruí*

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí foi iniciada em 1979 e concluída em duas etapas - a primeira em 1984 e a segunda em 2006 - com o objetivo principal de gerar energia para a indústria de mineração. Embora situada fora do Território do Baixo Tocantins⁴, ao barrar o Rio em seu trecho médio, provocou importantes alterações ambientais neste território, com consequências, sobretudo, para as populações rurais cujo modo de vida se organizava nas ilhas e margens do Rio Tocantins, no trecho à jusante da barragem. Estas consequências são decorrentes de mudanças no volume e no regime da vazão; na alta retenção de sedimentos (da ordem de 95 a 99%, cf. William e Wolman, 1984, apud MANYARI, 2007:122), por sua vez, desencadeadoras de vários processos geomórficos e geoquímicos.

Assim, do ponto de vista ambiental, conforme MANYARI (2007:122),

"o Baixo Tocantins vivencia uma profunda transformação que pode ser entendida como um quadro de paulatina degradação (...) Dentre os efeitos constatados está o desaparecimento de peixes, a má qualidade da água, a queda na produtividade agrícola das várzeas, além de mudanças microclimáticas. Os fatos mencionados sugerem uma forte alteração nos processos de manutenção das feições fluviais e da planície de inundação, consequentemente, comprometendo os ecossistemas geograficamente associados a estes ambientes".

Além disso, verifica-se um poderoso processo erosivo, denominado *piping*, decorrente das grandes oscilações diárias da vazão provocadas pela oscilação na geração de energia (MANYARI, 2007).

Do ponto de vista da organização socioeconômica preexistente à construção da barragem, isso significou a desestruturação das atividades de pesca e da agricultura praticada em várzeas e ilhas, sobretudo no trecho do Rio que se estende desde Baião - atravessa Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru - até Cametá.

Esta desestruturação foi descrita por mediadores locais ((ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 1991) e traduzida em:

alto índice de emigração, com registro de decréscimo absoluto de população nos municípios de Limoeiro do Ajuru e de Baião (ELETRONORTE, 2003:21-24); forte êxodo rural (id.:24); estagnação econômica, com redução das atividades agropecuárias (id.:25); declínio da produtividade média da agricultura (id.:32); diminuição do PIB em termos absolutos em todos os

³ São exemplos destas políticas o Programa de Polos de Desenvolvimento Agropecuário e de Mineração da Amazônia – Polamazônia, e o Programa Grande Carajás (PGC), durante a ditadura militar; o Programa Avança Brasil, no período de redemocratização; e o Programa de Aceleração do Crescimento, a partir do Governo Lula.

⁴ A barragem de Tucuruí, situada no município homônimo, dispõe de um reservatório de 2.850Km², que se estende até o município de Itupiranga.

municípios, especialmente nos dois municípios mais importantes da microrregião – Cametá e Igarapé-Miri (id.:25-27).

Por aproximadamente vinte anos, toda esta área não foi considerada "atingida" pela Barragem de Tucuruí e, portanto, esteve ausente das políticas denominadas mitigadoras de impactos negativos provocados pela Barragem. Somente em 2003, a ELETRONORTE admitiu oficialmente esta área como "atingida", passando esta a integrar o PDJUS acima mencionado. O reconhecimento da área de jusante como área atingida, no entanto, não é resultado de transformações socioambientais e territoriais. É resultado de um conjunto de denúncias do Movimento de Expropriados de Tucuruí, do qual, além dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios cujas terras foram inundadas pelo lago, participaram a Colônia de Pescadores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá; e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Baião (MAGALHÃES, 2005).

Prevê-se novas alterações no comportamento da fauna aquática e da erosão no leito e na margem do rio, ainda não publicamente explicitadas, com o funcionamento das eclusas de Tucuruí. Embora a barragem tenha sido construída desde a década de 1980, as eclusas foram inauguradas em 2011, mas a hidrovia ainda não foi implantada. Esta hidrovia, por sua vez, deverá viabilizar o transporte para o Programa de Biocombustível tratado a seguir.

- *Distrito Industrial de Barcarena - o complexo industrial mineral*

A concentração de atividades industriais em Barcarena é resultado da dinâmica da indústria mundial de alumínio, com apoio de políticas públicas federais de "desenvolvimento" da Amazônia que se iniciam no fim dos anos 1970 e perduram até hoje. São indústrias destinadas à transformação industrial da bauxita (minério de alumínio) em alumina e em alumínio primário, que agrupam em seu entorno um conjunto de empresas com atividades vinculadas à indústria principal - o chamado projeto Alunorte-Albrás. A partir de 1995, foi implantado o projeto caulim, com as empresas Pará Pigmentos S.A. (do grupo Vale) e a Imerys Rio Capim Caulim S.A. (francesa), com minerodutos de 180 e 130 km de extensão, respectivamente⁵. De acordo com Governo do Pará (2010), em 2000, a produção da Albrás representou 6,85% do Produto Interno Bruto do Estado do Pará⁶, e na cidade operária local havia uma população de cerca de 6 mil habitantes.

Do ponto de vista da organização socioeconômica preexistente à implantação do Distrito Industrial, registrou-se um amplo processo de expropriação da terra e das condições sociais de produção pesqueira, bem como um amplo processo de precarização do trabalho, de modo que hoje somente

⁵ O Complexo do Alumínio é constituído hoje pelas unidades da Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A., Albrás – Alumínio Brasileiro S.A, Alubar – Alumínios de Barcarena S.A. E o polo caulínifero, constituído pelas empresas Pará Pigmentos S.A e Imerys Rio Capim Caulim S.A (GOVERNO DO PARÁ, 2010).

⁶ A Albrás e a Alunorte, depois de sucessivas expansões, atualmente privatizadas, contam com capacidade instalada de 445 mil toneladas de alumínio primário e "em 2006, passou a refinar anualmente 4,6 milhões de toneladas de alumina, passando a ser a maior planta do planeta". (Governo do Pará, 2010).

cerca de 50% da população tem emprego formal (GOVERNO DO PARÁ, 2010). A ampliação do parque industrial, por seu turno, continua a provocar processos expropriatórios para as populações rurais que lograram permanecer no território, como a recente expropriação provocada pela implantação do mineroduto da Pará Pigmentos (Decreto nº. 1703/2005), cf. Magalhães et. al. (2005).

No caso específico da pesca, sobretudo a pesca artesanal, o Porto de Vila do Conde (inaugurado em 1985), cuja construção é associada à implantação do Distrito Industrial, motivou transformações socioambientais que praticamente inviabilizaram a atividade no local⁷, fato que é agravado por periódicos acidentes ambientais - vazamento de caulim (2007,2008,2011), por exemplo.

- *Biocombustível*

Em maio de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou em Tomé-Açu o Programa agroenergético da Petrobrás Biocombustível, anunciando o plantio de 215 mil hectares de dendê na primeira fase, em quatro regiões do Estado do Pará.

Neste programa destaca-se o Baixo Tocantins, para o qual foi prevista a instalação de três usinas esmagadoras de dendê nos municípios de Tomé-Açu, Baião e Igarapé-Miri, além de um escritório da Petrobrás em Mocajuba. Os investimentos previstos com a instalação das plantas industriais e área agrícola no Estado são de R\$ 550 milhões⁸. Em 2010, previa-se ainda a implantação de toda a infraestrutura para fomentar a cadeia do óleo no Estado: seis portos, três pontes sobre os rios Igarapé-Miri, Meru e Acará; a interligação viária entre Mocajuba e Baião (48 Km), com o prolongamento da rodovia estadual PA-151, podendo chegar até a Breu Branco e Tucuruí. Também prevê-se a ligação da PA-252 com a PA-151, além da interligação do Acará à Alça Viária. No que diz respeito ao cultivo, há 1,1 milhão de sementes para plantio no Estado e prevê-se que a Embrapa vai investir R\$ 38 milhões em assistência técnica e pesquisa. Em 2012, havia 3.338 famílias cadastradas (Petrobrás Biocombustível, 2012).

Em 2011, seguindo-se ao Programa da Petrobrás, a Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio (empresa de cujo capital a Vale detém 70%) lançou o seu programa de biocombustível, que tem como meta envolver duas mil famílias com o plantio de dendê até 2013. A empresa já fez o plantio em 36 mil hectares de áreas em 8 municípios do Estado, sendo \$ integrantes do Baixo Tocantins - Moju, Abaetetuba, Igarapé Miri, e Acará.

Mas, desde 1982, O Grupo Agropalma S/A iniciou suas atividades para produção e extração de óleo de palma e óleo de palmiste no município de Tailândia e tornou-se o maior produtor de óleo de palma

⁷ Um intenso movimento de carga deriva da atracação simultânea de até dois comboios; 7 berços de atracação para calado de 14 metros, além da acostagem de dois navios ao mesmo tempo (ibid.:2010).

⁸ Prevê-se além destes R\$ 530 milhões no Brasil, outros R\$ 463 milhões para uma unidade industrial de produção de biodiesel em Portugal (Galp Energia). (Governo do Pará, 2010).

da América Latina. Todo o óleo bruto é produzido nas fábricas de Tailândia e Acará. Trata-se de uma *plantation* ("moderna?") com 107 mil hectares de terra, sendo 39 mil hectares de palmeiras já plantadas (AGROPALM, 2012).

O município de Tailândia concentra 54% da área total plantada de dendê na Região sendo quase toda área de agricultura perene concentrada na produção de dendê. Os municípios de Moju (24%) e Acará (22%), são, respectivamente o segundo e terceiro produtor de dendê da região. O dendê, especialmente, apresentou um crescimento médio de 6% ao ano no período analisado (Governo do Pará, 2010).

Subsidia o programa de biocombustível, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ancorado numa linha de financiamento do governo federal à produção agrícola familiar, com a mediação do Banco da Amazônia, intitulado Pronaf-Eco e/ou Pronaf Dendê. De acordo com o MDA (2012), as empresas Belém Bioenergia – Pbio/Galp; Biopalma/Vale; Marborges; Agropalma; ADM do Brasil; Petrobrás PB-BIO e Grupo Mejer compõem o grupo de indústrias que integra a "rede"⁹ de concessão deste crédito.

Embora não se tenha ainda dados primários, notícias de jornais informam o êxodo de 70% dos agricultores de Tomé-Açu envolvidos neste Programa (O Liberal, novembro de 2011):

"Ao contrário do que planejava o governo Federal, o cultivo da palma de óleo no município de Tomé-Açu, nordeste paraense, está arrancando o agricultor do campo, e germinando uma série de mazelas na zona urbana da região (...) Com tantos entraves, é comum encontrar placas de "vende-se" na porta das propriedades, ao longo da PA-140 (...) A riqueza e o desenvolvimento idealizados a partir do dendê de Tomé-Açu deram lugar à miséria, à prostituição infantil, ao tráfico de drogas e à violência - todos resultantes do êxodo rural que ocorre aceleradamente na região (...) A preocupação com os problemas vivenciados em Tomé-Açu já começam a fazer parte dos discursos na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa)".

5. A produção familiar no Território Rural do Baixo Tocantins

Para Nunes *et al.* (2009), o território do Baixo Tocantins atualmente é, no Estado do Pará, um dos principais a apresentar uma dinâmica econômica local peculiar que se caracteriza pela intensa relação entre o urbano e o rural; uma vez que as cidades são constantemente visitadas por produtores rurais que procuram os centros urbanos para a comercialização de seus produtos e aquisição de gêneros. Esta situação tem produzido espaços de grande interesse e convergência nas aglomerações à beira dos rios, articulando a população ribeirinha de diferentes localidades entre si, com a população urbana, ampliando as alternativas de consumo da população em geral e a socialização de práticas então peculiares a esses grupos.

Uma forma de avaliar a diversidade social existente atualmente nesse território é através do envolvimento dos estabelecimentos em função do seu tamanho nas diferentes atividades econômicas

⁹ As empresas fazem a seleção das famílias e o BASA financia cada uma delas, que são as responsáveis pelo débito.

contidas no Censo Agropecuário de 2006. Considerando que a maior parte dos agricultores familiares detêm estabelecimentos com uma área total de até 50 ha, verifica-se que as suas atividades mais importantes, avaliadas pela quantidade de estabelecimentos que desenvolvem essas atividades, são a da lavoura temporária, da lavoura permanente e de exploração de florestas nativas, enquanto os que têm área de 200 a 2.500 ha, considerados por Costa (2000, p. 65-72) como correspondentes aos fazendeiros, as atividades mais importantes são a lavoura permanente, a pecuária e as que envolvem as florestas nativas, como é o caso do extrativismo vegetal. A atividade relacionada à produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal é ainda incipiente para estes dois grupos (Tabela 2).

TABELA 2: Quantidade de estabelecimentos e porcentagem da área relacionada aos grupos de atividade econômica em estabelecimentos de diferentes tamanhos no Território do Baixo Tocantins.

Grupo de Atividade Econômica*	Qtde de Estabelecimentos	Estabelecimentos Até 50 ha		Estabelecimentos de 200 – 2500 ha	
		Quantidade	% da Área	Quantidade	% da Área
Lavoura temporária	9466	7306	22,75	86	9,64
Horticultura e floricultura	176	158	100,00	3	0,00
Lavoura permanente	16073	10443	10,98	372	16,17
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	4	2	nihil	1	nihil
Pecuária e criação de outros animais	2423	1397	3,84	133	22,56
Produção florestal - florestas plantadas	351	197	7,63	18	28,92
Produção florestal - florestas nativas	6646	4796	14,94	99	12,35
Pesca	1295	1117	-	18	-
Aquicultura	211	163	21,04	5	0,00
Total	36645	25579	-	735	-

* Classificação Nacional de Atividades Econômicas para uso da Administração Pública - Estrutura da CNAE 2.0
Fonte: Tabela 837 do Sistema SIDRA do IBGE referente ao Censo Agropecuário de 2006.

É possível avaliar as diferenças entre estes dois grupos sociais comparando a porcentagem da área do estabelecimento envolvida nestas atividades econômicas em relação a área total dos estabelecimentos. Enquanto para os agricultores familiares com áreas até 50 ha a lavoura corresponde a quase 23%, a de fazendeiros corresponde a pouco menos de 10%. Os agricultores se

dedicam à horticultura, floricultura e aquicultura enquanto os fazendeiros não. Por outro lado estes, no conjunto, se dedicam relativamente ao reflorestamento (florestas plantadas), à pecuária e à lavoura permanente (Tabela 2).

A agricultura familiar é o sustentáculo da base produtiva (SABLAYROLLES, 2006 citado por BARBOSA et al., 2010). No entanto, ainda segundo estes autores, a diversificação de ecossistemas, as diferentes formas de intervenção humana e a produção que vem se desenvolvendo ao longo do tempo, acabaram construindo distinções importantes entre essas zonas e mesmo dentro de cada zona. Essas distinções são fundamentais para que os moradores de cada comunidade possam construir o ritmo próprio de suas vidas e de sua produção a partir da especificidade de cada localidade. Para Costa (2006 citado por NOGUEIRA et al., 2010), “as áreas de terra firme desflorestadas são ocupadas por agricultura tradicional de corte-e-queima na atividade da lavoura temporária, onde basicamente cultiva-se mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), principal produto” (e utilizada na fabricação da farinha de mandioca, produto bastante consumido regionalmente), e com pimenta do reino (*Piper nigrum* L.) na atividade de lavoura perene. Nas áreas de várzea e nas ilhas, além da pesca, há a exploração extrativista do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), do buriti (*Mauritia flexuosa*, Mart.) e da andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.).

Ainda segundo esse autor, para uma análise dos sistemas de produção, “deve-se levar em conta que não existe uma linha divisória clara entre as muitas formas de produção familiar: os extrativistas também têm roças de culturas temporárias, árvores frutíferas, aves, porcos e peixes” (COSTA, 2006 citado por NOGUEIRA et al., 2010). As áreas desmatadas sofreram uma forte exploração madeireira a partir dos anos 1960 e se prolongou até os anos 1990, sendo de maior impacto nas áreas de terra firme do que nas áreas de ilhas. Atualmente, através da ação de instituições junto aos agricultores, verifica-se que vários agricultores já integram uma boa parte do conhecimento tradicional sobre como proteger o solo com sistemas agroflorestais que se inserem nas atividades de florestas plantadas. Os agricultores familiares das regiões das ilhas estabelecem relações mercantis e sociais com a área urbana, comercializam os produtos artesanais, agrícolas e extrativos, principalmente o pescado e o açaí, assim como há um movimento de produtos industrializados adquiridos nos estabelecimentos comerciais das cidades para as ilhas. Costa (2006 citado por NOGUEIRA et al., 2010) afirma que a produção agrícola e extrativista responde por 60% da economia da região tocantina, mas que o dimensionamento econômico das espécies que compõem essa renda ainda não foi muito bem estudado.

Porém, com a expansão de algumas redes infraestruturais (eixos rodoviários, expansão da geração e distribuição de energia elétrica), a partir da segunda metade dos anos 1990, intensifica-se o fluxo populacional nessa região (NUNES et al., 2009). Embora o transporte fluvial pelo Rio Tocantins e seus afluentes continue a ter significativa importância para estes municípios possibilitando uma

interação entre estes e outras regiões do estado, percebe-se ainda que em virtude da melhoria das condições de tráfego na Rodovia Estadual PA-151, que liga o Baixo Tocantins a Belém, capital do Estado, municípios como Igarapé-Miri, Mocajuba e Baião, atravessados por esta rodovia estadual, ganham a oportunidade de expandir suas atividades agropecuárias pela possibilidade de escoamento da produção, e mesmo produtos derivados do extrativismo nas áreas ribeirinhas, como o açaí (*Euterpe oleraceae*), o cacau (*Theobroma cacao*) e o buriti (*Mauritia flexuosa*) já estão sendo comercializados através do uso da rodovia. Assim, se nota que uma parte da população destes municípios, antes vinculada de maneira intensa ao rio, passa agora a ocupar as margens da Rodovia PA 151.

Atualmente, vem ganhando destaque na zona rural os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), que fazem parte de uma modalidade especial de assentamento criado em julho de 1987 através da Portaria nº 627 do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Essa modalidade a princípio destinava-se a atender a populações extrativistas. Posteriormente, em 2006, o mesmo órgão reformula essa modalidade de assentamento através da Portaria nº 268 e passa a contemplar as atividades agrícolas desenvolvidas por essas populações tradicionais. Segundo Silva Jr. *et al.* (2010), de acordo com dados do INCRA, foram criados no Pará 73 projetos de assentamento agroextrativistas em municípios sob sua jurisdição, envolvendo 11.222 famílias ribeirinhas. Ao todo, são 172.544 hectares de terras de várzea e ilhas regularizadas e destinadas à reforma agrária.

Conclusão

A execução das políticas públicas repercute diretamente sobre a dinâmica territorial. Observa-se, portanto, uma complexa situação territorial, com a coexistência de sistemas e padrões diversos, cujo sentido da transformação questiona a identidade do território. O conhecimento do modo como se deu e está se dando esta dinâmica pode lançar luz sobre a dinâmica das sociedades camponesas na Amazônia, suas trajetórias de transformação na relação que estabelecem com o Estado e suas diversas /políticas públicas.

É dentro desse quadro em pleno movimento de mudanças e transformações que estão se estabelecendo as atuais dinâmicas produtivas e sociopolíticas, de uso do espaço regional e de exploração dos recursos naturais na região do Baixo Tocantins. As novas características do contexto regional vêm colocando outras perspectivas aos atores locais e produzindo uma maior diversidade social e ambiental na região. Trata-se portanto de um cenário no qual se combinam políticas públicas, lógicas agrícolas, industriais e agroindustriais e modos de vida tradicionais.

A análise empreendida mostra, por um lado, que as dinâmicas sociais e os problemas socioambientais não se devem nem a problemas técnicos, nem a escolhas societárias apenas negociadas localmente, mas, sobretudo, a políticas públicas gestadas além-território. E, por outro,

evidencia alguns indicadores sociais, étnicos, ambientais e econômicos reveladores de grande diversidade: a) Em Barcarena localiza-se o maior distrito industrial do Estado do Pará e o maior porto exportador, enquanto nos outros municípios predomina uma produção extrativa (animal - pesca; e vegetal - madeireira e não madeireira) e agrícola de baixo volume de investimento de capital; b) conjugam-se atividades madeireiras reconhecidas por seu alto poder de degradação ambiental (madeira e carvão)¹⁰ e atividades extrativas reconhecidas por sua sustentabilidade (açaí); c) encontra-se o município com o segundo maior PIB do Estado (Barcarena) e municípios que ocupam os últimos lugares (Cametá e Igarapé-Miri)¹¹; d) concentra dois dos municípios que apresentam o maior número de população que ocupa a várzea do Estado (Cametá e Abaetetuba)¹²; portanto, sociedades tradicionais que se organizam em um ambiente específico¹³; e) abriga 2 reservas extrativistas nos Municípios de Oeiras do Pará e de Baião; f) abriga uma ampla diversidade étnica que se expressa em territorialidades específicas - as "terras de quilombos" e as "terras indígenas". Destarte, nos interrogamos: é pertinente tratar este espaço como um território?

Agradecimentos

Ao CNPq pelo financiamento concedido ao Projeto "Diversidade social e territorial na Amazônia: um estudo a partir do Baixo Tocantins" (Processo 401430/2011-1/5), do qual este trabalho é parte integrante.

Referências Bibliográficas

- AGROPALMA. <http://www.agropalma.com.br/agropalma.asp>, acesso em 08 de junho de 2012.
- ALMEIDA, Rogério. Na trilha do Anilzinho: resistência e multiplicação de conhecimentos agroecológicos na região do Baixo Tocantins – Pará. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2008
- ARAÚJO, Rubens Milagre; GRAÇAS Sidney Fernandes das, "As maiores plantas minerais na Amazônia e a relação com a quantidade de energia elétrica consumida, os processos de produção, beneficiamento, e os projetos previstos, Belém,: Instituto de Geociências da Faculdade de Geologia, Universidade Federal do Pará, 2009. 68p. Monografia (Especialização)".
- BARBOSA, M. *et al.* Diagnóstico Rápido Participativo da Comunidade Caripi, Cametá – PA. Belém: UFPA/ NEAF, 2010. 68 p. (mimeo.).
- COSTA, F. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: os incentivos fiscais ao FNO. In: TURA, L.; COSTA, F. (Org.). Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. p. 63-106.
- DSEI/ MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNASA. Distrito Sanitário Especial Indígena: GUAMÁ TOCANTINS, 2007.,
- ISA. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/asurini-do-tocantins/26>, acesso em: 16 de novembro 2011.
- ELETRONORTE. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a jusante da UHE Tucuruí, 2003.

¹⁰ Destaca-se, neste particular, o município de Tailândia que, situado no eixo da PA-150, apresenta uma das maiores taxas de desmatamento do Estado e uma taxa de urbanização de 71,09% em 2007.

¹¹ Em 2006, o PIB de Barcarena foi R\$ 3,5 bilhões e o de todos os outros municípios somados foi de R\$ 1,5 bilhões no mesmo período.

¹² Dos quatro municípios do Estado que abrigam maior população de várzea no estuário - Cametá, Breves, Afuá e Abaetetuba - dois situam-se no Baixo Tocantins.

¹³ A população total rural de várzea no Baixo Tocantins foi estimada em 139.742 pessoas o que representa mais que 22.000 famílias.

GOVERNO DO PARÁ/ SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável/Região de Integração Tocantins. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

INCRA, Diretora de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento, coordenação geral de implementação, DTI SIPRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação, relatório 18/08/2011.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010 – resultados preliminares. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_para.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.

ISA. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/asurini-do-tocantins/26>. Acesso em 16 novembro de 2011.

LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI Gustavo. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. - Rio de Janeiro : Relume Dumará / Brasília, DF : SEBRAE, 2004.

MAGALHAES, Sonia Barbosa. et al. Relatório Técnico. Área objeto do Decreto n°. 1703/2005, Barcarena. Consultoria Técnica ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), novembro 2005.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Política e Sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEWÁ FILHO [Org.] Tenotã – Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

MANYARI, W. V. Impactos ambientais a jusante de hidrelétricas, o caso da usina de Tucuruí, PA [Rio de Janeiro] 2007. Tese . Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE

MDA. Viabilidade de extração de óleo de dendê no estado do Pará. Texto para revisão e crítica, 2007, disponível em http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodiesel/18_-_Dende.pdf.

MDA/ SDT. Plano de Desenvolvimento territorial rural sustentável do Baixo Tocantins, Somec, Caritas, APACC, 2010.

MDA. <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel>, acesso em 18 de junho de 2012.

NOGUEIRA, A. C. N. et al. Diagnóstico rural de comunidades de agricultores familiares: o caso de Ajó, Cametá-Pará. Belém: UFPA / NEAF, 2010. 53 p. (mimeo.).

NUNES, F. A. et al. Projeto Político Pedagógico do Curso de História - Modalidade Licenciatura e Bacharelado. Cametá-PA: UFPA / CUNTINS, 2009. 31 p. (mimeo.).

O Liberal, novembro de 2011, disponível em: <http://valdirganzer.blogspot.com.br/2011/04/dende-de-tome-acu.html>, acesso em: 10 de junho de 2012.

PETROBRAS. <http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/petrobras-investe-em-producao-de-biodiesel-no-para-e-em-portugal/>, acesso em 08 de junho de 2012.

PIRAUX, M. Um enfoque geográfico dos territórios da Cidadania. O caso do estado do Para. Anais. Encontro Nacional da Rede Rural. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Folha explica: Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010

SILVA JR., A. et al. Diagnóstico da Ilha Jacaré Xingu, Município de Cametá-PA. Belém: UFPA / NEAF, 2010. 64 p. (mimeo.).

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SIT / MDA. Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade social no meio rural brasileiro. Acessado em: <http://www.cpact.embrapa.br/forum/11_06_07.pdf>.